

AGRICULTURA NAS FAZENDAS PASTORIS ESCRAVISTAS DO PIAUÍ: aspectos da produção de alimentos*

por Solimar Oliveira Lima**

As leituras do passado colonial piauiense voltam-se, quase que exclusivamente, para o pastoreio. É certo que, por ser a atividade produtiva predominante, o criatório e as fazendas pastoris foram responsáveis por formas de produção e de relações específicas que marcaram a cartografia social do território em formação. Contudo, o vasto espaço progressivamente ocupado a partir do final dos Setecentos redesenharia na sociedade novas possibilidades produtivas e relações sociais prontamente incentivadas e mantidas pelos fazendeiros sem, no entanto, perderem o domínio e o controle sobre as três formas típicas de propriedades que caracterizaram o período: terra, gado e escravo.

Nesta perspectiva, torna-se inicialmente imperioso romper com a visão de fazendas pastoris como espaço exclusivo de criação de gado. Em rigor, poucas foram as unidades com esta característica. A existência de fazenda especializada pode ser associada, pela precariedade de condições e bases materiais, ao início do processo de ocupação, em que era elevado o grau de mobilidade de animais. A necessidade de delimitação de espaços privados em razão das disputas por terra e a necessidade de diversificação produtiva frente ao crescimento populacional forjaram a ruptura da exclusividade do criatório. Em pouco tempo, uma boa fazenda passou a ser aquela que dispunha de reses, trabalhadores e o necessário ao abastecimento de seus viventes.

A estrutura produtiva para garantir as necessidades de consumo básico alimentar humano, certamente, variava de acordo com as posses da propriedade. Nas maiores, a montagem

requeria, além de áreas para cultivo de grãos a disponibilidade de braços cativos e livres para a labuta. Os espaços para as roças eram exclusivos, os trabalhadores não. Plantava-se para o alimento - predominantemente, mandioca, milho e feijão. O trabalho nas roças era desenvolvido de acordo com o calendário de plantio. A sazonalidade permitia a liberação temporária de mão de obra do pastoreio, especialmente no período de preparo da terra. Neste sentido, o trabalho nas roças era aleatório e acessório à produção pastoril. A produção resultante, voltada à subsistência.

Pelo caráter do trabalho no cultivo, os trabalhadores escravizados não eram identificados como "roceiros". É crível que, nesta fase, tenham predominado, nos "serviços do plantio", trabalhadores livres pobres, chamados de "moradores". A denominação *roceiro* começou a ser empregada a partir do momento em que a agricultura apareceu, dentro das propriedades, como atividade produtiva mercantil. A comercialização da produção em maior escala e a renda auferida permitiram a separação de trabalhadores e o surgimento da tarefa como serviço especializado.

Assim, a agricultura de subsistência passou a ser praticada quase que exclusivamente por pequenos proprietários e posseiros moradores e a capacidade de produção de excedente e comercialização passou a se configurar como restrita. Para estes pequenos produtores isolados nos vastos sertões, o contato com o mercado era fortuito, limitando-se a pequenas feiras de povoados ou vilas durante a safra. Esta agricultura, de subsistência, tem preenchido as poucas linhas

da produção historiográfica piauiense. As visões esforçam-se para a leitura generalizada do fenômeno para o conjunto das propriedades; quando não, apresentam a ideia da existência da agricultura de subsistência como atividade acessória nas fazendas pastoris.

Fontes disponíveis no Arquivo Público do Piauí apontam que, ainda no final do século XVIII, havia preocupação, por parte dos produtores, com o estímulo da produção e com a comercialização nas fazendas particulares e públicas do Piauí.

Nos Oitocentos, são recorrentes as informações sobre a redução do plantio de feijão e de milho, gradativamente relegado para estimular os cultivos de mandioca, da cana-de-açúcar, do algodão e do fumo. Estes produtos passaram a receber atenção especial por parte dos fazendeiros e administradores devido ao crescimento da demanda comercial. Ao que tudo indica, nas grandes propriedades pastoris, a agricultura, assim como o pastoreio, era produção de mercado. As iniciativas para a diversificação parecem aumentar na medida em que cresciam as dificuldades de comercialização do gado.

No que respeita ao plantio para consumo alimentar, manteve-se, nas fazendas, uma estrutura voltada à garantia sistemática de produtos, incorporando mais terras e trabalhadores na proporção em que aumentava a prioridade à comercialização. Foijava-se um processo em que a produção primeiramente visava o mercado; não se tratava, portanto, de comercialização de excedente. A lógica, ao que parece, era suprir a demanda externa, negligenciando-se o consumo interno, especialmente o dos trabalhadores. Reduzida a possibilidade de consumo interno, houve uma tendência à concentração deste em torno do gado, fazendo surgir preocupações com a produção de cereais, visando à diversificação da dieta alimentar nas fazendas, para diminuir *matalotagens*, o que significava reduzir o número de reses abatidas para consumo. Para os trabalhadores a base alimentar era praticamente composta por carne bovina “verde” ou “seca” e farinha. Em Valença, uma fazenda particular, em setembro de 1811, foram abatidos oito bois para o consumo estimado de 15 dias. Nas fazendas públicas, entre 1803 e 1805, foi constatado o abate de “quase seiscentas reses”, anualmente, por inspeção. As fazendas,

no total de 39, eram divididas em inspeções ou departamentos – Nazaré, Piauí e Canindé. Considerando-se as três inspeções, abatia-se, portanto, cerca de 1.800 animais por ano. Ainda assim, a lavoura praticada destinou-se, prioritariamente, a cultivar produtos de maior aceitação no mercado.

Na agricultura das fazendas, a mandioca, salvo engano, foi o plantio de maior importância naquelas terras do sertão, por potencializar a existência de uma rede de integração socioeconômica em decorrência do processo de fabricação da farinha. Embora seu cultivo também se desse de forma consorciada com feijão e milho, o que predominou foi um tipo de plantação específica chamada de “roçado de mandioca”. O plantio seguiu o método ainda utilizado por pequenos produtores do Nordeste: no mês de dezembro e nas chamadas “capoeiras” – terreno preparado para plantio por queimadas, ficando-se uma parte do caule, que origina, num período de um ano, uma nova planta apta para a “arrancada” ou que serve para o recolhimento do tubérculo maduro. No período entre o plantio e o “arranque”, a mandioca não carece de cuidado e desenvolve-se sem nenhuma interferência dos trabalhadores, ficando praticamente esquecida nos roçados. O arranque de mandioca resume-se a desenraizar a planta, puxando o caule com as mãos, separando o tubérculo – comumente chamado de mandioca – com um corte de facão. A mandioca era então transportada para a chamada “casa de forno” para o fabrico da farinha.

A lavoura nas fazendas da Província era assentada na “força dos braços humanos” e praticada com “método antigo de cultura, sem nenhum aperfeiçoamento, quer no tamanho da terra, quer em máquinas”. Na limpeza do solo, iniciava-se com a “broca” – o corte de pequenas árvores com foices em seguida, fazia-se a “derriba” – o corte das árvores maiores com machados – e, por fim, ateava-se fogo. Após a queimada, esperavam-se as primeiras chuvas para o início do plantio, quase sempre nos primeiros meses do ano.

Nas fazendas públicas, predominava, entre os trabalhadores, a presença de mulheres cativas nos roçados, tendência seguida, salvo engano, pelas propriedades particulares. Dentre as indicações, podem-se encontrar as fazendas Malhada e Boa

vista, no “termo” de Oeiras em 1817 e 1824, onde havia “mais mulher que homem” no plantio. Em 1854, segundo um arrolamento da população por sexo e ocupação das fazendas públicas, o trabalho nas roças era quase que exclusivamente feminino. Na fazenda que servia de sede à inspeção Nazaré, por exemplo, a derrubada de árvores, a abertura de covas, a sementeira, a limpeza de matos entre as plantações e a colheita dependiam da força de negros cativos e do afiamento de 14 machados, 11 facões, 14 foices, 17 enxadas e seis ferros de cova. As ferramentas eram todas velhas e com “consertos”.

Apesar da existência de trabalhadores dedicados exclusivamente à agricultura, o plantel não era significativo. Nas fazendas particulares, pelas informações disponíveis, o mesmo variava entre 20 e 25% para o total de oito a 50 cativos. Nas fazendas públicas, considerando a escassez de trabalhadores nas propriedades, a quantidade era ainda mais reduzida. Em alguns casos, podiam-se encontrar apenas pouca trabalhadoras

velhas labutando ao lado de algumas crianças. Diante da disponibilidade efetiva de mão de obra, da pequena quantidade e da má qualidade dos instrumentos de trabalho, pode-se inferir que a produtividade era pequena. Considerando-se que o propósito da produção era prioritariamente a comercialização, pode-se facilmente constatar as consequências sobre o consumo interno das fazendas pastoris. Também é certo que os trabalhadores escravizados viviam em profundo e grave estado de insegurança alimentar.

***Este texto resulta da pesquisa em andamento “A produção pastoril no Piauí, no Mato Grosso do Sul e no Rio Grande do Sul, de 1780 a 1930: um estudo comparado”, coordenada pelo Prof. Dr. Mário Maestri (UPF) e financiada pelo CNPq.**

****Graduado em Economia (UFPI), Mestre e Doutor em História (PUCRS) e professor do Departamento de Economia, Mestrado em Políticas Públicas e Mestrado em História (UFPI).**

O CENSO DE CAPITAIS ESTRANGEIROS NO BRASIL

por Zilneide O. Ferreira*

Até o início dos anos de 1960, a internacionalização no Brasil foi incipiente, uma vez que antes havia uma diferenciação no tratamento dado ao capital externo. Em 1962, com o advento da Lei 4.131/62, foi adotado no país o princípio da igualdade de tratamento entre capital nacional e estrangeiro. Entre 1964-1967, o sistema financeiro foi reestruturado e foram elaborados e implementados planos de estabilização econômica (PAEG e PED) para debelar a inflação, que favoreceram um grande fluxo de capitais externos ao país.

Desde a década de 1970, as economias nacionais vêm passando por uma profunda

reestruturação, nas mais diversas áreas, em grande parte favorecida pelos avanços tecnológicos, dando “novo ímpeto à internacionalização do capital” (CRUZ, 2007, p.390). No final dos anos 80, as relações internacionais passaram por profundas mudanças e generalizou-se uma crise econômica que marcou o início de uma nova “ordem” internacional e uma crise estrutural de grandes proporções mundiais (VIZENTINI, 1992). Desde então, os países ditos em desenvolvimento têm aberto suas economias com o intuito de elevar a formação de capital fixo e melhorar seu saldo do Balanço de Pagamentos (KOBRIIN, 2005), especialmente através da